

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ATA N.º 6/2020

----**PRESIDÊNCIA:** Leonor Pais -----

----**1.ª SECRETÁRIO/A:** Cristina Matos -----

----**2.ª SECRETÁRIO/A:** António Ferreira-----

----Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Auditório da Biblioteca Municipal de Mangualde, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia catorze de dezembro.-----

----Sendo vinte horas e quinze minutos foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais, senhores: Justino Fernandes, Fatima Maria Ribeiro, Joaquim Pais e Rui Coelho, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato.-----

----De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram justificadas as faltas do senhor Joaquim Pais, à sessão ordinária desta Assembleia Municipal do dia vinte e nove de setembro de 2020.-----

----Nos termos do artigo 18º, n.º 1, alínea c), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da Junta de Freguesia de Alcafache, senhor Nelson Manuel de Abrantes Almeida, fez-se substituir na presente sessão da Assembleia Municipal pelo secretário, senhor Carlos Manuel Albuquerque Oliveira.-----

----Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, Elísio Oliveira, vice-presidente da Câmara Municipal, Rui Costa, e os vereadores Maria José Coelho, Sara Costa, Liliana Gomes e Joaquim Messias.-----

-----**LEITURA, DISCUSSÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:**

----- Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de vinte e nove de setembro de 2020, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

na sessão mencionada, nomeadamente: Gonçalo Ribeiro, Nelson Figueiredo e Carlos Oliveira, presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa e tesoureiro da Junta de Freguesia de Alcafache, respetivamente. -----

----Procedeu-se também à votação da ata da sessão extraordinária, de treze de outubro de 2020, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na sessão mencionada, nomeadamente: José Ribeiro, Gonçalo Ribeiro, Fernando Azevedo, Ricardo Ângelo, Carlos Oliveira, tesoureiro da Junta de Freguesia de Alcafache, Jorge Coelho, e Nelson Figueiredo presidentes das juntas de freguesia de São João da Fresta, e Freixiosa, respetivamente. -----

**----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**-----ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA: -----**

----- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos membros da Assembleia. -----

-----De registar, nos termos do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal, complementado com o mais estabelecido no artigo 76º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, com a alteração da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro, o pedido de renúncia de mandato do senhor deputado Joaquim Alexandre Borges Teófilo Loureiro, membro municipal, que apresentou o seu requerimento a nove de outubro corrente, tendo sido afixado o respetivo Edital. -----

----- O senhor deputado Joaquim Alexandre Borges Teófilo Loureiro foi substituído pelo senhor deputado Gonçalo Miguel Melo Ribeiro. -----

----- De salientar o ofício, enviado, mais uma vez, pelos moradores do Bairro de S. Pedro em S. Cosmado, Mangualde, sobre a lixeira a céu aberto, naquele bairro, com o depósito de vários tipos de lixo e materiais de construção, que tem sido insistentemente enviado para a Assembleia Municipal, comunicado nas várias sessões, e ao qual este serviço não consegue dar resposta, por falta de endereço postal. -----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- No entanto, há conhecimento/resposta, de que a Câmara Municipal informou o dono da lixeira, que tinha de agir até ao final de dezembro do presente ano, caso contrário a Câmara Municipal iria ter de intervir nos termos da Lei.-----

### **-----INTERVENÇÃO dos MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANGUALDE e/ou EXECUTIVO: -----**

----- A senhora deputada *Catarina Lourenço*, em nome da bancada do P.S.D., interveio para questionar sobre a redação dos pontos segundo e terceiro, pois constava “primeiras revisões”, as quais já foram analisadas e votadas, noutra sessão, pelo que questionava como se iria resolver a situação.-----

----- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal*, respondeu que houve um lapso de escrita nestes dois pontos, de facto eram as segundas revisões, e no ponto 21º, a “Informação interna n.º 2372/2019”, era sim “Informação interna n.º 2372/2020”, pelo que questionou se os senhores membros presentes na sessão aceitavam as respetivas alterações/correções, o que foi aprovado por unanimidade.-----

-----O senhor *Presidente de Junta António Monteiro*, presidente da Junta de Freguesia de Espinho, disse que a pandemia do Covid19 veio reforçar as nossas práticas de segurança, individuais e coletivas. Veio alterar o nosso dia a dia, mas também fez renascer o espírito de resiliência, tolerância e de cuidado e apoio ao próximo. Num tempo em que a humanidade enfrenta um desafio sem igual na quadra natalícia, ao invés, faz saltar a vertente mais solidaria presente nas dinâmicas sociais. As autarquias locais, pelo trabalho de proximidade que realizam e pela maior capacidade de resposta às solicitações e anseios das populações, têm uma palavra ativa e uma missão insubstituível que toca ao reforço da coesão territorial e social, pois toca na defesa e concretização dos valores inestimáveis como a partilha, o apoio às pessoas numa situação de maior fragilidade socioeconómica e a mobilização de recursos, a realização de projetos de impacto muito positivo, na dignificação e na melhoria das condições de vida das pessoas.-----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----Agradecia à Câmara Municipal de Mangualde, pela mensagem de esperança, e por demonstrarem que todos juntos e como comunidade, somos capazes de erguer e criar um concelho cada vez mais rico, dinâmico e pleno de oportunidade. -----

----Há muito trabalho pela frente e, neste mundo globalizado a nossa ação política sofre outra epidemia, as notícias e imagens falsas, ou manipuladas, que correm nas redes sociais. A este propósito dizia, como o grande pensador e político, Francisco Sá Carneiro: *“A política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha”*. -----

---- Conscientes de que temos pela frente tempos difíceis, mantemos a confiança, determinação e força, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, para que o próximo ano seja para todos, um ano de esperança, tranquilidade, que possa ajudar na concretização de projetos pessoais, profissionais, com espírito positivo e com inovada energia para os desafios que se avizinham. -----

----O senhor deputado *Fernando Campos* apresentou a seguinte moção: *“Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”*. -----

----*Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.* -----

----*Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-Lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação.* -----

----*Vezes sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento*

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos. -----*

*----Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efectivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação directa, a AM de Mangualde delibera: 1- Instar a CM a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja considerado o grau mais elevado de penosidade e insalubridade; 2- Saudar os trabalhadores da autarquia pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.” -----*

*----O senhor deputado João Tiago esclareceu, relativamente a esta proposta, que decorre da Lei do orçamento do estado, a integração ou não deste complemento remuneratório, pelo que é para ser processado nos serviços, e não ser discutido na Assembleia Municipal.*

*----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se decorre da Lei do Orçamento, jamais promoveremos o incumprimento da Lei, e se decorre da Lei também não é votável. -----*

*----O senhor deputado João Tiago reiterou que no seguimento deste esclarecimento, a conclusão a que chegamos é que esta moção não é admissível à Mesa e tem de ser retirada.*

*----O senhor deputado Fernando Campos reforçou, dizendo que a legislação é de 1998 e nunca foi implementada. -----*

*----A senhora deputada Catarina Lourenço, disse que esta moção propunha que a Lei fosse aplicada a partir de 1 de janeiro de 2021, e o senhor deputado Campos refere que a Lei já estava para ser implementada desde 1998, o que lhe deixava algumas dúvidas. ---*

*----Pelo exposto, a senhora presidente da Assembleia Municipal decidiu não colocar a moção a votação. -----*

*----O senhor deputado Fernando Campos questionou, ainda, para quando estavam previstas as obras na estrada junto à Quinta do Bispo, estrada que passa pela SIAF e sucateiro, pois apresenta um piso muito degradado. -----*

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----O senhor Presidente de Junta *António Monteiro* respondeu que a empreitada é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Espinho, e que depois de ter sido executada a obra, descobriu-se que havia ali uma nascente, pelo que empresa a quem foi adjudicada a obra está ao corrente e prometeu resolver o assunto dentro das prazos legais e garantias.

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* disse que ia apresentar algumas propostas, em nome do P.S.D., e que as mesmas têm em conta o tempo atual que vivemos. -----

----A primeira proposta diz respeito à derrama, as empresas com volume de negócios, em 2020, inferior a 150000,00€ (cento e cinquenta mil euros), terão grandes dificuldades em continuarem o seu funcionamento, e que estas sejam isentas de derrama em 2021. --

----O senhor deputado *João Tiago Henriques* respondeu que não era necessário duplicar as discussões dos assuntos. A derrama é uma percentagem do imposto sobre o IRC, e só pagam as empresas que têm lucros, e este pagamento serve para ajudar os municípios.--

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* disse que esta proposta não está na ordem do dia, e nem era esta que iria ser votada. Retorquiu que o que era para votar era a isenção da derrama para o ano de 2021, e para empresas com volume de negócios, em 2020, até 150000,00€ (cento e cinquenta mil euros). -----

----Posto esta moção a votação, a mesma foi rejeitada, com vinte e três votos contra, do P.S. e Juntas/Uniões de Freguesia, uma abstenção da C.D.U., e cinco votos a favor do P.S.D. -----

----O senhor deputado *Filipe Pinto* disse que a proposta da sua bancada dizia respeito à taxa de participação no IRS. O ano de 2021 será um ano de incerteza e de eventual crise financeira, achamos que era possível devolvermos alguma percentagem de reembolso de IRS às famílias mangualdenses, pelo que o P.S.D., propõe que a taxa de participação no IRS seja de 3,5%, a vigorar apenas no ano de 2021. -----

----O senhor deputado *João Tiago Henriques* questionou os proponentes desta proposta de quanto era o valor estimado a devolver aos mangualdenses. -----

----O senhor deputado *Filipe Pinto* respondeu que os valores são imprevisíveis e não sabia se havia reembolso ou não. O que se propunha era uma redução de 0,5% ao

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atualmente em vigor. Dependia dos rendimentos das famílias, saberem se serão reembolsados ou não. -----

----O senhor deputado *João Tiago* respondeu que era preciso saber um valor absoluto, em qualquer tomada de decisão é preciso saber uma cifra.-----

----O senhor deputado *Filipe Pinto* disse que também gostava de ter respostas concretas a todas as perguntas da sua bancada o que não tem acontecido.-----

----Posto esta moção a votação, a mesma foi rejeitada, com vinte e três votos contra, do P.S. e Juntas/Uniãos de Freguesia, uma abstenção da C.D.U., e cinco votos a favor do P.S.D. -----

----O senhor deputado *Miguel Sousa* disse que tendo em conta as dificuldades das pequenas empresas em Mangualde, o endividamento que algumas tiveram de fazer, o P.S.D. propõe ao executivo, “*a isenção das tarifas fixas e variáveis de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos para empresas cujo volume de negócios em 2020 seja igual ou inferior a 150000,00€, a vigorar, com carácter excepcional até maio de 2021 e sujeita a revisão consoante a evolução da pandemia no concelho.*”-----

----Posto esta moção a votação, a mesma foi rejeitada, com vinte e um votos contra, dos senhores: Leonor Pais, João Tiago Henriques, Ricardo Ângelo, Cristina Matos, Jaime Almeida, Sara Sousa, Gonçalo Ribeiro, António Ferreira, Filomena Ferreira, José Carlos Ribeiro, Maria Branca Paiva, do P.S., Eduardo Albuquerque, presidente da Junta de Freguesia de Abrunhosa-a-Velha, Carlos Oliveira, secretário da Junta de Freguesia de Alcafache, Paulo Marques, presidente da Junta de Freguesia da Cunha Baixa, António Monteiro, Junta de Freguesia de Espinho, Lisete Cabral, presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão, Rui Marques, presidente da Junta de Freguesia de Quintela de Azurara, Jorge Coelho, presidente da Junta de Freguesia de S. João da Fresta, Marco Almeida, presidente da União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, Rui Valério, presidente da União das Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, Alexandre Constantino, presidente da União das Freguesias de Tavares (Chãs, Travanca, Várzea), e três abstenções: de Fernando Campos da C.D.U., Fernando

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Azevedo, do P.S. e Nelson Figueiredo, presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, e cinco votos a favor do P.S.D. -----

----A senhora deputada *Maria de Fátima Cunha* disse que como vivemos num contexto de pandemia, e prevendo-se que o número de surtos em empresas do concelho tende a aumentar, e, por conseguinte, terão de encerrar, necessária e obrigatoriamente, é necessário que se evitem despedimentos por falta de faturação, pelo que é obrigação da Câmara Municipal ajudar essas empresas dentro do que é viável para as suas contas. Dado que já foi referido anteriormente, que a almofada financeira da autarquia é bastante positiva, a proposta do P.S.D. é a isenção das tarifas fixas e variáveis de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos durante o período em que ocorrem estes surtos do Covid19 nas empresas do concelho. -----

----Posto esta moção a votação, a mesma foi rejeitada, com vinte e um votos contra, dos senhores: João Tiago Henriques, Ricardo Ângelo, Jaime Almeida, Sara Sousa, Gonçalo Ribeiro, António Ferreira, Fernando Azevedo, Filomena Ferreira, José Carlos Ribeiro, Maria Branca Paiva, do P.S., Eduardo Albuquerque, presidente da Junta de Freguesia de Abrunhosa-a-Velha, Carlos Oliveira, secretário da Junta de Freguesia de Alcafache, Paulo Marques, presidente da Junta de Freguesia da Cunha Baixa, António Monteiro, Junta de Freguesia de Espinho, Lisete Cabral, presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão, Nelson Figueiredo, presidente da Junta de Freguesia da Freixiosa, Rui Marques, presidente da Junta de Freguesia de Quintela de Azurara, Jorge Coelho, presidente da Junta de Freguesia de S. João da Fresta, Marco Almeida, presidente da União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, Rui Valério, presidente da União das Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, Alexandre Constantino, presidente da União das Freguesias de Tavares (Chãs, Travanca, Várzea), e três abstenções: de Fernando Campos da C.D.U., Leonor Pais e Cristina Matos, do P.S., e cinco votos a favor do P.S.D. -----

----O senhor deputado *João Tiago Henriques* disse que nos momentos difíceis há que ter resiliência e força, capacidade para perspetivar o futuro e conseguir ver além do momento que é mau e não deixar descair a sua vontade, ultrapassar, e manter o rumo dos seus

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

investimentos e projetos de vida e empresariais. Em nome do P.S. felicitava aqueles que continuam a investir em Mangualde, no imobiliário de Mangualde, investindo criando empresas, como é o caso dos três pavilhões novos que estão a ser construídos para serem alugados junto ao nó da A25, em Santo André, entre outros investimentos.-----

----A senhora deputada *Sara Sousa* referiu “*que a eficiência e a eficácia do Plano de Contingência do Agrupamento de Escolas de Mangualde, ora terminado o primeiro período e em resposta a discussão sobre o tema, evidenciou que se registou o confinamento de apenas nove turmas em momentos diferentes e que nenhum dos casos derivou de um foco de infeção na Escola, resultando este facto do cumprimento na generalidade das regras por parte dos alunos, auxiliares da ação educativa e professores. Informou ainda que o Agrupamento adquiriu testes rápidos, somando-se esta medida às já divulgadas em reunião anterior desta Assembleia. Teceu um agradecimento à Associação de Pais pela cedência de 40 webcam, um precioso recurso que em muito contribui para que os alunos, pontualmente confinados, possam participar nas aulas lecionadas pelo professor ao resto da turma. Elogiou o cumprimento de todas as medidas na generalidade, louvando a consciência de cidadania demonstrada pelos alunos, pelos auxiliares de ação educativa e professores pela flexibilidade e adaptabilidade a esta situação. Com a colaboração de todos, foi possível manter as escolas a funcionar, o que é de grande importância, tendo em conta que elas são um pilar imprescindível de sustentabilidade. Com as escolas fechadas, a crise económica e social que já se faz sentir, seria bem maior. Reconheceu ainda a atitude de cidadania e de cooperação entre os diferentes agentes mangualdenses nomeadamente, as famílias, empresas, Escola e o Município de Mangualde. Apelou, por fim, ao cumprimento das regras da DGS nesta quadra natalícia, onde se esperariam forçosamente mais cadeiras vazias à mesa, mas os corações mais cheios de Esperança, Coragem, Amor e Resiliência.*” -----

----O senhor deputado *Gabriel Sousa* questionou sobre as matilhas, considerando que Mangualde integra o CROI (Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia), e este não tem capacidade para acolher todos os cães e gatos abandonados, questionava sobre

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quais eram as medidas que a Câmara Municipal de Mangualde pretendia tomar, a curto prazo, para reduzir o número elevado de matilhas existentes no concelho. -----

----A segunda questão era relativa ao Covid19, qual era a abordagem que a autarquia estava a fazer junto das empresas, para passar a mensagem, quanto aos cuidados a ter visto a existente não estar a ser suficiente, qual a estratégia de marketing e publicidade usando recursos próprios, sem ter que aumentar a despesa. -----

----O senhor deputado *Filipe Pinto* solicitou esclarecimento quanto à construção que dizem estar a ser feita, num terreno baldio, nas Contenças de Cima, e que tem parecer favorável, licença de construção, da Câmara Municipal. Existe um abaixo-assinado, e esta decisão favorável vai contra a comissão dos compartes dos baldios das Contenças de Cima. Foi enviado à Câmara Municipal um pedido de embargo à obra, e por isso queria saber qual era a posição do executivo. -----

----O senhor *Vice-presidente da Câmara Municipal* explicou que, relativamente ao CROI, a autarquia fez um esforço de cerca de 100000,00€ (cem mil euros), como participação para integrar aquela entidade, e sabia-se que a lista de espera para os animais entrarem no Centro, é já superior ao aumento das instalações que foi feito recentemente. Havia que aguardar, e iriam pressionar o Estado e o Governo para olhar para esta problemática de outra forma. -----

----O senhor *Presidente da Câmara Municipal* disse que o município tem uma posição de diálogo com as empresas, e era com agrado que se via que todas adotaram planos de contingência que aplicam com rigor. As práticas mais básicas de combate ao Covid19 são amplamente difundidas. Recentemente houve um aumento de casos, mas não era derramado na comunidade, estavam circunscritos. -----

---- Quanto à questão das Contenças de Cima, estava entregue à justiça pelo que não fazia comentários. -----

----*Ponto Primeiro da Ordem do Dia* “**Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo**” -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----*Ponto Segundo da Ordem do Dia “Segunda Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2020/Plano Plurianual de Investimentos”* – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

----A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que os pontos segundo e terceiro fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----O senhor deputado *Miguel Sousa* questionou o executivo sobre qual o motivo de algumas obras, que já foram grandemente publicitadas, ainda não terem sido começadas, como as obras na zona do Relógio Velho, o saneamento em Chãs de Tavares, a reabilitação da ESFA, entre outras. -----

----O senhor *Presidente da Câmara Municipal* respondeu que as obras na zona do Relógio Velho já começaram, as Etar, já foram inauguradas duas, estão mais três praticamente em funcionamento, e outras em construção. Algum ligeiro atraso nas obras decorre dos efeitos da pandemia, e todas as obras já anunciadas, espera-se que se concluam até final do mandato. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, e seis abstenções, do P.S.D e C.D.U., aprovar a segunda revisão às G.O.P. para o ano de 2020 -----

----O senhor deputado *Miguel Sousa*, do P.S.D., fez a seguinte declaração de voto: “*o sentido de voto da bancada do P.S.D. não era porque estavam contra as obras realizadas e a realizar, mas sim por causa do seu adiamento, pois havia umas mais urgentes do que outras que estavam em andamento.*” -----

----*Ponto Terceiro da Ordem do Dia “Segunda Revisão ao Orçamento para o ano de 2020”* – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, e seis abstenções, do P.S.D. e C.D.U., aprovar a segunda revisão ao orçamento para o ano de 2020.-----

----O senhor deputado *Miguel Sousa*, do P.S.D., fez a seguinte declaração de voto: “*o sentido de voto da bancada do P.S.D. não era porque estavam contra as obras realizadas*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*e a realizar, mas sim por causa do seu adiamento, pois havia umas mais urgentes do que outras que estavam em andamento.*” -----

----*Ponto Quarto da Ordem do Dia* “**Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxas a aplicar em 2021**” - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal

----O senhor deputado *João Tiago* disse que a taxa de bens é uma discussão com séculos e que estabelece fronteiras ideológicas e marcas civilizacionais. -----

----Desde 2005, nesta Assembleia Municipal, que sempre me debati por uma adequação e uma diminuição, consciente, solidária, e não populista, do IMI. Dez anos depois de iniciarmos esta luta, vamos conseguir, e baixamos mais do que a oposição propôs, 0,35%, vamos baixar para 0,34%. O IMI que toca a todos os proprietários, vai ter uma redução de cerca de 10%, são cerca de 200000,00€ (duzentos mil euros) que o município devolve ao contribuinte, munícipe. É isto que torna diferente uma política de solidariedade popular de uma política de populismo. -----

----O senhor deputado *Fernando Campos* apresentou uma proposta, que a taxa a aplicar aos prédios rústicos com áreas florestais ao abandono, e como a C.D.U. já tinha transmitido ao executivo em tempo oportuno, e estando perante uma dupla tributação, os proprietários nesta situação já estão abrangidos e penalizados, em sede de legislação específica criada depois dos incêndios de 2017, pelo que esta situação carece de correção. -----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço*, em nome da bancada do P.S.D, disse que têm feito regularmente propostas para a descida do IMI, às quais o executivo dizia que era impossível porque não havia sustentabilidade e nem se sabia o impacto dessa medida. A proposta começou em 0,30%, e o P.S. sempre votou contra a descida do IMI. Surpreende-se agora que o P.S. vote a favor porque, em setembro do corrente ano, o P.S.D. propôs a descida para 0,35% por causa da sustentabilidade da autarquia, e não 0,30% devido ao esforço financeiro que o município tem de fazer devido à pandemia, pelo que lamentavam bastante que tivesse sido feita uma intervenção como que a referir que as propostas do P.S.D. nunca existiram, e que nunca votariam favoravelmente as

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propostas do P.S.D. de descida do IMI porque não eram sustentáveis para as contas da Câmara Municipal. -----

----Era necessário haver alguma coerência, e reconhecer que se chegou a esta proposta devido também às propostas do P.S.D., nomeadamente a de setembro último, que teve em conta a sustentabilidade das contas da autarquia. -----

----O senhor deputado *João Tiago Henriques* respondeu que nunca tinha dito que não se deveria baixar o IMI, deveria ser feito sim de forma sustentável. Havia ainda a intenção de no próximo mandato se reduzir a taxa de IMI para o mínimo, porque o executivo P.S. sabia gerir. -----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* disse que a proposta do P.S.D. feita em setembro, era sustentável e boa para os mangualdenses, e o P.S. votou contra. Quanto à próxima maioria o P.S.D., com o P.S. na oposição, iria baixar o IMI para o mínimo. ----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, as taxas de IMI de 0,8% para os prédios rústicos e 0,340% para os prédios urbanos, com as demais atualizações e especificações decorrentes da Lei e constantes da deliberação da Câmara Municipal de Mangualde, de 27/11/2020. -----

----*Ponto Quinto da Ordem do Dia “Derrama para o Ano de 2021”* - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço*, em nome da bancada do P.S.D, disse que o que a Câmara Municipal estava a propor era uma redução da taxa de 0,5% para as empresas com lucro até 150000,00€, (cento e cinquenta mil euros), não foi o que o P.S.D. propôs antes da ordem do dia. -----

----O que foi proposto numa sessão da Assembleia Municipal, já este ano, foi esta proposta de redução de 0,5%, que também foi recusada, com o argumento de que o P.S.D. não sabia o que é a derrama. No entanto, ficamos satisfeitos que o executivo tenha acolhido a proposta do P.S.D., embora o nosso voto não seja favorável, porque esta proposta foi feita fora do contexto atual, e não havia pandemia, pelo que o executivo neste contexto poderia ter ido mais além. -----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----O senhor deputado *João Tiago Henriques* disse que o município não se preocupava só com as famílias, mas também com as empresas, e que havia um histórico de evolução das contas que nos permitia propor esta taxa de derrama. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, e seis abstenções, do P.S.D. e C.D.U., o lançamento de derrama à taxa de 1% sobre o lucro tributável gerado em 2020. -----

----A senhora deputada *Maria de Fátima Cunha*, do P.S.D., “*disse que esta declaração de voto se devia ao facto da vossa proposta apenas prever uma redução de 0,5% dado o atual contexto económico ser bem diferente daquele, de quando o P.S.D. apresentou a mesma proposta.*” -----

----**Ponto Sexto da Ordem do Dia “Participação no IRS em 2021”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* “*disse que tendo em conta o que foi proposto antes da ordem do dia, e que já foram apresentadas várias propostas de participação no IRS, quer pelo senhor vereador do P.S.D. na Câmara Municipal, e pelos membros da bancada do P.S.D. na Assembleia Municipal, pelo que o voto desta bancada será contra porque não deveria ser esta a participação da autarquia.*” -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, cinco votos contra, do P.S.D., e uma abstenção, da C.D.U., aplicar uma participação de 4% no IRS. -----

----**Ponto Sétimo da Ordem do Dia “Taxa Municipal do Direito de Passagem – Percentual a aplicar em 2021”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----O senhor deputado *Miguel Sousa* disse que a bancada do P.S.D. iria votar a favor porque esta taxa estava dentro do esperado. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor e um voto contra, da C.D.U., aplicar a taxa municipal de 0,25%. -----

----**Ponto Oitavo da Ordem do Dia “Autorização prévia da Assembleia Municipal de Mangualde para Assunção de Compromissos no ano de 2021, nos termos da al.**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

c), n.º 1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21/2” - Aprovação e Votação da proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal -----

----O senhor deputado *Fernando Campos* disse que a C.D.U. esperava que o executivo da Câmara Municipal disponibilizasse, como devia, uma listagem dos compromissos, o que não aconteceu. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção, da C.D.U., autorizar a Câmara Municipal de Mangualde a assumir compromissos plurianuais, no ano de 2021, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas.-----

----**Ponto Nono da Ordem do Dia “Proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2021, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes (PPI)”** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal

----A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que os pontos nono e décimo fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----O senhor deputado *Fernando Campos*, da C.D.U., disse que uma vez mais a participação da C.D.U. ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição não tenha sido possível, segundo a Lei n.º 24/98, no artigo 4º, n.º 1, “*Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e directamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade; n.º 2 As informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.*”, receber documentos desta importância na véspera da reunião de Câmara Municipal que os aprovou, é tudo menos razoável. -----

----A C.D.U. considera que este orçamento continua a dedicar centenas de milhares de euros em aquisição de serviços que, na nossa opinião, podem e devem ser feitos pelos trabalhadores da Câmara Municipal. Não há nesta entidade quem desempenhe ou possa

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

desempenhar as funções contratadas? Este orçamento prossegue a política de contratos de prestação de serviços para postos de trabalho, que salvo melhor opinião, são necessários todo o ano, durante vários anos, com o risco de se estar perante a criação desnecessária de situações de trabalho precário. O seu voto seria de abstenção.-----

----O senhor deputado *João Tiago* disse que este orçamento é feito com base em duas premissas, contas equilibradas, por isso pudemos diminuir o contributo dos munícipes no esforço da receita e também nos deixa perante uma responsabilidade histórica. Tendencialmente, ao longo dos próximos anos, vamos ver por contingências várias decorrentes das devoluções e da gestão pública, que serão as entidades públicas que cada vez mais terão que se financiar em receitas próprias. A assunção da diminuição das taxas e impostos significa que cada vez mais há a obrigatoriedade de uma gestão rigorosa, que é o que se mostra neste orçamento. Com este Plano que mantém os grandes investimentos, estruturais para o concelho, a continuação na aposta ambiental, finalização do plano de Etar, que apostará na renovação do parque escolar, e também terminar a reabilitação de algumas vias rodoviárias do concelho, para termos uma malha segura e digna do século XXI. É, pois, um conjunto de opções que são estruturantes, estruturadas, sustentadas e sustentáveis. Não poderíamos esquecer a regeneração urbana que estamos a fazer na cidade e que terá também capacidade para atrair mais vida, como é o caso do cineteatro.

----Tendo o P.S.D. votado favoravelmente ou abstenendo-se nas questões da receita, da fiscalidade, está hoje em condições, de em coerência, votar favoravelmente o plano e orçamento, sendo esta a proposta do P.S. ao P.S.D.-----

----Tomou a palavra o senhor deputado *Filipe Pinto* para dizer que analisou este orçamento e plano que perfazem mais de 30000000,00€ (trinta milhões de euros). Lendo a ata da reunião de Câmara Municipal sobre estes pontos, o senhor presidente da Câmara Municipal elencou algumas obras no valor de 9000000,00€ (nove milhões de euros). Curiosidade, 7000000,00€ (sete milhões de euros) são de obras na cidade de Mangualde, pelo que questionava o executivo sobre se este era um orçamento que projeta o futuro, Mangualde município, ou se projeta o futuro de Mangualde cidade. Era previsível que as grandes obras de 2021 fossem direcionadas à cidade de Mangualde, porque o próximo

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

candidato pelo P.S. ao executivo é o senhor presidente da União de Freguesias de Mangualde, Cunha Alta e Mesquitela. -----

----O senhor *Presidente da Câmara Municipal* disse ainda que este orçamento iria criar assimetrias, entre a cidade e as aldeias de Mangualde. Estas assimetrias seriam colmatadas com um empréstimo para realizar algumas obras nessas freguesias. O executivo diz-se a favor do povoamento ativo e da coesão territorial, pelo que sendo assim estamos a votar o orçamento e plano errados. Não há novos incentivos à vinda de novos habitantes para Mangualde, ao retorno de jovens para a cidade e não há incentivos para a habitação jovem. A redução da taxa de IMI não garante mais gente aqui a residir, não faz com que haja pessoas a adquirir residência. -----

----Este orçamento quase não incorpora apoios às empresas e famílias, empresas que estão em dificuldades financeiras. Não existem medidas de proteção e manutenção de postos de trabalho, e não há incentivo à criação de emprego, seja ele qualificado ou não qualificado. -----

----Na mesma reunião de executivo, o senhor vereador João Lopes disse que sem receita não há despesa, o pior é que não estamos a pensar nos contribuintes de Mangualde e que fornecem a receita para haver despesa, não estamos a pensar nas famílias que se perderem os seus empregos irão ficar estrangulados financeiramente, porque os impostos terão que os pagar e vão ter uma quebra de rendimento. -----

----Quanto aos jovens, este é um orçamento que prejudica os mais novos e os mais velhos, que cria assimetrias entre a cidade e as aldeias, estamos a criar desigualdades e não estamos a criar incentivos para que os jovens residam em Mangualde, não há incentivos à habitação jovem, entre outros. -----

----O P.S.D. irá votar contra este orçamento, porque este está direcionado para os autarcas de 2021 e para um candidato em particular, desajustado da realidade e ao facto de podermos vir a passar por uma crise financeira em 2021. Não é um orçamento que as famílias, empresas e jovens precisam, mas sim um orçamento que garante obras e inaugurações para a propaganda política das eleições. -----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----O senhor deputado *João Tiago Henriques* disse que há sete ou oito anos as empresas saíam de Mangualde, agora não, as empresas instalam-se e contratam mangualdenses. O município nunca poderá substituir a iniciativa privada nem o estado central. -----

----Quanto às assimetrias, os concelhos do interior têm assimetrias nos núcleos urbanos e rurais, e quando isto deixar de existir é porque não há nada. Por exemplo, na lista das dez novas Etar, só duas foram construídas na freguesia de Mangualde, as restantes estão espalhadas pelas restantes freguesias, o que era garantir qualidade de vida. Um núcleo urbano forte faz sobreviver aldeias, um núcleo fraco, condena todo o município ao desaparecimento. -----

----O senhor deputado *Filipe Pinto* disse que gostaria de saber quantos postos de emprego foram criados em Mangualde, quantos destes são jovens, qualificados ou não. Também na hora de pagar, não há munícipes de primeira ou de segunda, e essa é a questão, a questão que queremos realçar, e que o P.S. realça no aspeto negativo. -----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço*, em nome da bancada do P.S.D, disse que quanto ao aprovarmos este orçamento e plano, e quanto às questões fiscais, neste orçamento existe um aumento de cerca de 90000,00€ (noventa mil euros) em receita, relativamente ao IMT, em loteamento e obras estão previsto 326000,00€ (trezentos e vinte e seis mil euros), a taxa variável de águas residuais estão previstos 234577,00€ (duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e setenta e sete euros), na taxa fixa estão previstos 291389,00€ (duzentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e nove euros), pelo que o facto de votarmos a favor da taxa de IMI, não quer dizer que votemos favoravelmente este orçamento e plano. -----

----O senhor deputado *João Tiago Henriques* respondeu que era normal que os valores das taxas variáveis aumentassem, visto que havia uma rede nova de Etar e mais ramais de ligação, pelo que o consumo também aumentava. Quanto aos loteamentos, era bom sinal, porque havia dezenas de habitações a serem construídas, o que também significava que os investidores querem continuar a investir em Mangualde. -----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----Nos orçamentos e planos a questão fiscal é determinante, e quando se vota a favor num assunto e se abstêm noutro, em questões fulcrais, quer dizer que existe aqui, quase, uma ponte de entendimento, saudável. -----

----A senhora deputada *Sara Sousa* “*solicitou a palavra para destacar a necessidade de estimular o conhecimento e a identidade territorial pelos jovens, para que estes sejam futuros e potenciais agentes de desenvolvimento local. O município de Mangualde, bem como o Agrupamento de Escolas, é parceiro no Projeto Escolas Empreendedoras, que é abraçado pelos 14 municípios da CIM Viseu Dão Lafões. Esta consciência está presente no programa Wanted - Escolas Empreendedoras da Região Viseu Dão Lafões, com o objetivo de despertar nos jovens o conhecimento e a valorização do meio local/regional, criando consciência regional nos jovens, para que conheçam e valorizem os seus recursos endógenos, as suas gentes e os seus territórios, sempre com uma atitude empreendedora. Se não formos nós a conhecer e a valorizar o que é nosso, para fazermos uma intervenção no nosso território, racionalizando os recursos para a satisfação das nossas necessidades, com vista a uma melhor qualidade de vida, ninguém o fará. Desde cedo, ao nível do pré-escolar e através do jogo, a criança é despertada para a criatividade, explorando os recursos da região. Com a adoção de uma metodologia de learning by doing - aprender fazendo - que os acompanha até ao Ensino Secundário, os jovens produzem uma ideia que submetem a um concurso de ideias de negócio. O conhecimento do meio é, pois, essencial para a sua valorização e para criar nos nossos jovens capacidade de intervenção, sendo este projeto um bom exemplo de políticas locais de juventude. Há muito a fazer.*”-----

----Interveio o senhor deputado *António Ferreira* referindo que deveria ter sido um lapso no discurso do senhor deputado *Filipe Pinto*, quando diz: “*o que é que nós vamos dizer aos jovens para que eles venham morar para Mangualde, e que é melhor morar em Mangualde do que nas aldeias*”, eu nasci numa aldeia e é bom morar nas aldeias, e nas aldeias de Mangualde.

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----O senhor deputado *Filipe Pinto* respondeu que também era um jovem de aldeia, e que era por isso que se indignava com estas disparidades, por ser considerado um município de segunda pelo executivo.-----

----Em resposta à senhora deputada Sara Sousa, disse que havia a preocupação com os jovens ao nível do distrito, e no concelho, se existe também esta preocupação, questionava o executivo o porquê de nunca ter existido o concelho municipal da juventude. -----

----O senhor *Presidente da Câmara Municipal* respondeu que o orçamento sendo predominantemente o exercício financeiro não deixa de ser um instrumento de política dos mais importantes que ocorrem no ano, no exercício de uma organização e nesta em particular. Este orçamento é um documento de excelência, primeiro a sua análise estruturante, o seu valor absoluto é de trinta milhões de euros, e estruturalmente é um orçamento equilibrado, porque apresenta nas operações correntes um saldo de cerca de 3000000,00€ (três milhões de euros), para financiar os investimentos, que promovem o desenvolvimento. Se um orçamento apresenta este valor, é um orçamento que passa o perigo da análise, é a diferença entre ter muita ou pouca subcontratação de serviços, significa que o mix entre o pessoal do quadro da Câmara Municipal e a subcontratação de serviços, tem limites tão controlados que lhe aportam esta poupança para financiar as despesas duradoras. -----

----Na educação vai ser investido cerca de 1700000,00€ (um milhão e setecentos mil euros), na ACO e na ESFA, outras obras a construir, certamente não serão só para a cidade de Mangualde, mas sim para todo o concelho, o Cineteatro, 1200000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), o ambiente, para além do dispositivo de Etar com que se está a equipar todo o território, vão ver investidos 400000,00€ (quatrocentos mil euros) em máquinas para cuidar da floresta e da plantação de árvores, cerca de 2000000,00€ (dois milhões de euros) na regeneração urbana, e este conjunto de investimentos é compaginável com a baixa do imposto, do IMI. A derrama em Mangualde são cerca de 300000,00€ (trezentos mil euros), e nenhuma ciência demonstra qual a taxa ideal, por isso é uma escolha política.-----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- Havendo obra, baixa de impostos, e sustentabilidade financeira, continuamos com este caminho. Este orçamento está um pouco acorrentado aos fundos de Bruxelas, porque as obras do largo do Complexo Paroquial, da Carvalha, ou das Etar, são subsidiadas a 85%, o que nos obriga a concentrar uma parte importante de obras na cidade, daí a nossa obrigação política de manter uma visão global do território, de criar um orçamento de coesão. Existe um 1200000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) que vai compensar este efeito e a otimização dos subsídios de Bruxelas, e essa é uma opção política, de quem não se demite de um território como um todo. -----

---- Relativamente aos jovens, no último ano têm surgido algumas iniciativas de jovens, as quais merecem a correspondência do executivo, daí ir ser criado o conselho municipal da juventude. Com este conjunto de políticas que valorizam o nosso território e que o tornam atrativo, com várias empresas implantadas e a implantar no concelho, e a promover a empregabilidade se torna o concelho mais atrativo para os jovens. -----

---- Este orçamento é equilibrado financeiramente e espacialmente, e na questão geracional, temos políticas que atingem transversalmente todas as idades, nunca se investiu tanto nos parques infantis, nas escolas, há o exemplo das empresas que se instalaram e que promovem o emprego, e irá ser assinado um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia e com o Centro Paroquial da Cunha Baixa para os mais idosos. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, cinco votos contra, do P.S.D., e uma abstenção, da C.D.U., o PPI, as Atividades mais relevantes, bem como a delegação de competências, competências de delegação legal e competências próprias das juntas de freguesia para ano 2021 – atividades mais relevantes, com indicação do montante global que será transferido para cada uma das juntas de freguesia. -----

---- *Ponto Décimo da Ordem do Dia* **“Orçamento da Receita e da Despesa para 2021”**

- *Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal* -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, cinco votos contra, do P.S.D, e uma abstenção, da C.D.U, o orçamento municipal para o ano de 2021 e respetivas normas de execução. -----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----*Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia* **“Mapa de Pessoal para 2021”** –  
Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor, e uma abstenção, da C.D.U., o mapa de pessoal para 2021 e respetivos anexos. -----

----*Ponto Décimo-Segundo da Ordem do Dia* **“Contratação de Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazo, no montante de 1200000,00€”** – Aprovação e Votação da Autorização à Câmara Municipal -----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor, e uma abstenção, da C.D.U., aprovar e autorizar o presente contrato de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 1200000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), em 2021, para financiamento dos projetos de investimento, referido na informação de reunião de CMM de 27/11/2020. -----

----*Ponto Décimo-Terceiro da Ordem do Dia* **“Contratação de Empréstimo Bancário de Curto e Médio Prazo, até ao montante de 1000000,00€ - Anulação”** – conhecimento -----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

----*Ponto Décimo-Quarto da Ordem do Dia* **“Contratação de Empréstimos Bancários de Curto Prazo, em 2021”** – Aprovação e Votação da Autorização à Câmara Municipal -----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor, e uma abstenção, da C.D.U, aprovar e autorizar o presente contrato de empréstimo de curto prazo até ao montante de 1000000,00€ (um milhão de euros), em 2021 -----

----*Ponto Décimo-Quinto da Ordem do Dia* **“Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Protocolos de Colaboração com as Juntas de**

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Freguesia do Concelho de Mangualde para 2021” – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal -----**

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* disse que a sua bancada iria votar a favor, no entanto fazia uma recomendação para a alteração na fórmula de cálculo das transferências para as juntas de freguesia, tendo em conta que existe uma disparidade de valores muito elevada entre as várias freguesias do concelho. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que os cálculos têm em conta o número de aldeias, de eleitores, e a percentagem do FEF. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para celebração dos contratos, bem como aprovar os protocolos a celebrar entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Mangualde, para 2021.-----

----*Ponto Décimo-Sexto da Ordem do Dia* **“Contrato Interadministrativo de Delegações de Competências na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões relativas ao procedimento de Representação Gráfica Georreferenciada, prevista na Lei nº 78/2017, de 17/8”** - Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal---

----O senhor deputado *João Tiago* disse que uma das técnicas de boa gestão é a delegação de competências, que um dia dará origem à regionalização, há muitos assuntos que se podem resolver com parcerias e com entidades publicas ou privadas, regionais. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para celebração do contrato e aprovar o protocolo a celebrar entre a CIM e a Câmara Municipal de Mangualde, no que se refere ao procedimento de representação gráfica georreferenciada, prevista na Lei n.º 78/2017, de 17/8.-----

----*Ponto Décimo-Sétimo da Ordem do Dia* **“Aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao Abrigo dos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões Relacionadas com o Sistema de Mobilidade e**

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Serviço Público de Transporte de Passageiros” - Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal**-----

----O senhor deputado *João Tiago* disse que dado que vivemos em zonas limítrofes dos concelhos, uns mais perto do que outros, tem de haver escalas regionais, os transportes são fundamentais para regiões como a nossa, temos que ter sistemas mais eficientes que advêm da partilha dos equipamentos e dos trajetos.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, aprovar e autorizar a presente proposta de aditamento ao acordo de financiamento, de acordo com o Contrato interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Câmara Municipal de Mangualde, no âmbito do Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros.-----

----*Ponto Décimo-Oitavo da Ordem do Dia* **“Prorrogação da Redução/Isenção de Pagamento de Taxas e Rendas”** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* disse que dadas as propostas que o P.S.D. já apresentou, pensava que o executivo poderia ir mais longe, no entanto iriam votar favoravelmente, porque apesar de tudo, esta proposta tem medidas boas.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, prorrogar a redução/isenção de pagamento de taxas e rendas, conforme informação de reunião de CMM de 11/12/2020.-----

----*Ponto Décimo-Nono da Ordem do Dia* **“Alteração ao Regulamento Municipal dos Cemitérios de Mangualde”** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor, e cinco abstenções, do P.S.D., a alteração ao presente Regulamento Municipal dos Cemitérios de Mangualde, conforme informação de reunião de CMM de 27/11/2020.-----

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----*Ponto Vigésimo da Ordem do Dia* **“Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Mangualde”** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* disse que o papel dos Bombeiros na sociedade tem uma saliência enorme e frequentemente esquecemo-nos deles, pelo que deixava o seu agradecimento e gratidão pelo papel que desempenham.-----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* disse que fazia suas as palavras da senhora presidente da Assembleia Municipal, e usando as palavras do senhor Cónego Seixas, *“era muito triste que os Bombeiros tenham que fazer peditório para sobreviverem”*, e isto não deveria ser necessário. O P.S.D. iria votar a favor, no entanto questionava, se este regulamento é um incentivo aos Bombeiros, pois prevê apoios sociais, estes estão previstos para os que são só voluntários, ou para todos, que apesar de voluntários estão efetivos.-----

----O senhor *Presidente da Câmara Municipal* disse que os Bombeiros neste momento vivem uma crise de recursos, de voluntariado, sendo este regulamento um desafio para todos os que quiserem se voluntariar, daí o incentivo ser para os voluntários visto os restantes terem um ordenado.-----

----O senhor Presidente de Junta *Rui Valério*, presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães explicou que sendo também bombeiro profissional iria ter direito a estes benefícios. Para além de ser profissional tem de cumprir as horas de voluntário, duzentas e cinquenta horas, por isso os que são profissionais têm de cumprir horas de voluntariado e daí estarem todos abrangidos pelos apoios sociais.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, o presente Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Mangualde.-----

----*Ponto Vigésimo-Primeiro da Ordem do Dia* **“Informação interna n.º 2372/2020 do serviço de execuções fiscais, de 10 de novembro, referente à declaração de prescrição de processos de execução fiscal dos meses de julho a dezembro de 2019”**

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

– Aprovação e Votação da Declaração de prescrição de acordo com proposta da Câmara Municipal - -----

----Tomou a palavra o senhor deputado *Miguel Sousa* para dizer que o P.S.D. iria votar contra, pelos motivos anteriormente apresentados, e sendo esta uma situação difícil a sua bancada está disponível para ajudar a encontrar, com o P.S., uma solução para este assunto. -----

----O senhor Secretário *António Ferreira* disse que estava à espera que hoje acontecesse isto, quando ouvi o P.S.D. a pedir a isenção do pagamento de água, houve uma pandemia, sem especificar a quem, e outras propostas, e vão votar contra este ponto como sempre votaram. Nunca analisaram a quem é que não se consegue cortar a água, e este executivo sempre disse que iria cortar a água, e iria criar problemas a muita gente e com muita empresa. -----

----Quando dizem que os nossos votos são inconscientes, o meu voto é consciente e também há uma inconsciência nestas votações. -----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* replicou que as propostas relativas à isenção do pagamento de água que o P.S.D fez não se coadunam com este assunto, aqui são as pessoas que não pagam a água. O nosso voto contra, diz respeito ao facto de a Câmara Municipal não resolver este problema. -----

----O senhor *Vice-presidente da Câmara Municipal de Mangualde* explicou que a autarquia esgota sempre os procedimentos para resolver o problema, e numa fase final só há duas soluções, ou se corta a água ou a Câmara Municipal dá garantias mínimas de qualidade de vida, ou de sobrevivência às famílias. Neste sentido, se conseguirmos, no âmbito das três forças partidárias aqui representadas, construir uma solução em que se crie um consenso para resolver o assunto, olhando para as questões sociais, e fiscais, dentro destes princípios, poderemos chegar a um acordo. -----

----A senhora deputada *Catarina Lourenço* respondeu que o P.S.D. estava disponível para arranjar soluções e que já tinha apresentado uma proposta, relativa a este assunto, há algumas sessões atrás. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, cinco votos contra, do P.S.D., e duas abstenções, da C.D.U., e Junta de Freguesia da Freixiosa, declarar a prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a taxas de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, resíduos sólidos urbanos, taxa de gestão de resíduos, taxa de conservação de redes, taxa de resíduos hídricos-água, taxa de controlo de água, bem como o respetivo IVA, com processos de execução fiscal instaurados e em curso no município de Mangualde, melhor identificados nos mapas anexos à informação apresentada, e respeitantes aos meses de julho e dezembro de 2019, nos termos e com os fundamentos nela descritos, e processos de Ana Cristina Henriques Pestana da Cunha, conforme informação de reunião de CMM de 27/11/2020. -----

----*Ponto Vigésimo-Segundo da Ordem do Dia* **“Delimitação da Área de Reconstrução Urgente do Concelho de Mangualde”** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, aprovar a presente delimitação da Área de Reconstrução Urgente para habitação ou atividade económica, bem como a isenção de apresentação de elementos instrutórios e de pagamento de taxas nos procedimentos de controlo prévio das edificações incluídas no Programa de Apoio à reconstrução de Habitação Permanente, no Concelho de Mangualde.-----

----*Ponto Vigésimo-Terceiro da Ordem do Dia* **“Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 16 setembro de 2020 a 9 dezembro de 2020, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, de 20 de dezembro de 2019, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2”** – conhecimento-----

----O senhor deputado *Filipe Pinto* questionou sobre os compromissos assumidos com duas entidades, a Visotul e a Sovitul, Ld.<sup>a</sup>, cuja prestação de serviços é basicamente a mesma, dois contratos, um de 72053,14€ (setenta e dois mil cinquenta e três euros e

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

catorze cêntimos) e outro de 74616,19€ (setenta e quatro mil seiscentos e dezasseis euros e dezanove cêntimos), duas empresas com a mesma sede, sendo o mesmo serviço a ser realizado pelas duas empresas, somando os valores não poderia ser feito o ajuste direto, questionava se realmente são dois contratos diferentes, ou se há algo mais. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal de Mangualde* esclareceu que são duas empresas diferentes, dois contratos diferentes, que tiveram o mérito de ganhar o concurso.-----

----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

### **----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Não havendo mais nada a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa.-----

----Em seguida, quando eram vinte e três horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e dois de dezembro, a senhora presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a.-----

----Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O/A Presidente,

---

O/A 1<sup>o</sup>. Secretário/a,

---

O/A 2<sup>o</sup>. Secretário/a,

---